

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.677.567 - RS (2014/0250339-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : DANIEL VIER
EMBARGANTE : PEDRO SELESTINO VIER
ADVOGADOS : DANIEL VIER (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS051595
EVERSON RÉGIS DE VARGAS E OUTRO(S) - RS058095
EMBARGADO : NILDO ROQUE ENZWEILER E COMPANHIA LTDA
EMBARGADO : NILDO ROQUE ENZWEILER
EMBARGADO : NELMO AFONSO ENZWEILER
EMBARGADO : ELISA POHREN ENZWEILER
EMBARGADO : THEREZINHA ENZWEILER
ADVOGADOS : ROGER MAURO PUFAL E OUTRO(S) - RS061472
TATIANA ALVIM PUFAL - RS089683

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **DANIEL VIER** e **PEDRO SELESTINO VIER**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 2.522-2.529, e-STJ, que deu parcial provimento ao apelo dos embargantes.

Inconformados, os insurgentes opuseram os presentes embargos de declaração (fls. 2.532-2.533, e-STJ), no qual sustentam, em síntese, a existência de obscuridade na decisão embargada, ao argumento de que *"ao referir que a correção monetária seria a partir do presente arbitramento, na medida em que NÃO HOUVE RECURSO quanto ao termo inicial da correção monetária sobre o valor arbitrado"* (fls. 2.532, e-STJ).

Sem impugnação (fls. 2.539, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Os aclaratórios não merecem acolhimento.

1. Com efeito, nos estreitos lindes do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a embargante. Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTELATÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. **1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado, mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes. 4. Embargos de declaração**

Superior Tribunal de Justiça

rejeitados. (EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DECLATÓRIOS ADUZINDO AS MESMAS TESES, JÁ APRECIADAS. ELEVAÇÃO DA MULTA APLICADA E CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. MULTA. 1. **Depreende-se do art. 535, I e II, do CPC que os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador. Eles não se prestam, portanto, ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.** 2. No caso, inexistem omissões ou contradições a serem sanadas, pois todas as teses da parte já foram apreciadas. O que se observa é o resistente inconformismo com a decisão exarada, contrária aos interesses da parte, circunstância a justificar a certificação do trânsito em julgado e a elevação da multa aplicada nos termos do art. 538 do CPC para 5%, ante a insistente oposição de embargos declaratórios aduzindo as mesmas questões. 3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa e determinação de certificação do trânsito em julgado. (EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 552.667/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 10/11/2015) [grifou-se]

No caso, verifica-se que apesar de constar o entendimento desta Corte acerca do termo inicial de juros de mora e da correção monetária, a decisão ora embargada decidiu, exclusivamente, quanto ao termo inicial para incidência dos juros moratórios, *in verbis*:

Desta forma, o aresto impugnado decidiu em desconformidade com a orientação desta Corte, **quanto à incidência dos juros moratórios.** (fls. 2.529, e-STJ)

Portanto, não se vislumbra quaisquer das máculas do artigo 1.022 do CPC/15 na decisão hostilizada.

2. Não obstante a rejeição dos aclaratórios, deixa-se de se aplicar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015, pois, em se tratando de primeiros embargos de declaração que não ostentam caráter manifestamente protelatórios, pressuposto para aplicação da medida, descabida a sua incidência neste momento processual.

No entanto, desde já se adverte que a reiteração de embargos de declaração, com intuito de rediscussão do julgado, poderá caracterizar o aludido caráter manifestamente protelatório, ensejando a aplicação da multa citada.

3. Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

